

BB 80/2026**A VOZ DA ESCRITORA MINEIRA MARIA EMILIA NAS PÁGINAS DA
REVISTA LITERÁRIA *A MENSAGEIRA*****Salete Rosa Pezzi dos Santos**

Universidade de Caxias do Sul.

RESUMO: A imprensa brasileira feminista, no século XIX, foi de vital importância para o desenvolvimento da literatura no Brasil, visto que mulheres de letras, que não encontravam espaço para divulgarem seus escritos, puderam fazê-lo nas páginas de periódicos que prestigiavam essa produção. Desde o título, *A Mensageira*: revista literária dedicada à mulher brasileira deixa claro o seu objetivo, ou seja, congregar “a intelligencia de todas as brasileiras!” Graças a isso, é possível encontrar, em suas páginas, a produção literária de escritoras que merecem ser revisitadas e apreciadas, como a mineira Maria Emilia. Este trabalho analisa a produção da escritora, onze textos publicados nas páginas de *A Mensageira*, os quais se voltam, primordialmente, para a temática da emancipação da mulher.

PALAVRAS-CHAVE: Maria Emilia; *A Mensageira*; crônica; emancipação feminina.

ABSTRACT: The 19th-century Brazilian feminist press played a vital role in the development of Brazilian literature, as women writers—who otherwise found no outlet for their work—were able to publish their writings in periodicals that championed such contributions. From its very title, *A Mensageira*: revista literária dedicada à mulher brasileira [The Messenger: A Literary Magazine Dedicated to the Brazilian Woman] makes its objective clear: to bring together “the intellect of all Brazilian women!” Consequently, its pages feature the literary work of writers who deserve to be revisited and appreciated, such as Maria Emilia, from the state of Minas Gerais. This study analyzes her output—specifically eleven texts published in *A Mensageira*—which focus primarily on the theme of women's emancipation.

KEYWORDS: Maria Emilia; *A Mensageira*; “crônica”; women's emancipation

...a mulher instruída, forte, capaz de velar á cabeceira de um filho enfermo, auxiliando as prescrutações da sciencia; ou de repelir com energia as chalaças de qualquer imbecil, será a mulher do futuro, será a verdadeira companheira do homem,

que sabe participar de todos seus pensamentos e ajudal-o em todas as resoluções diffíceis.
Maria Emilia, *Falso encanto*, 1987.

Eduquemos nossas filhas com a sobranceria e coragem para viverem por si, sem nos esquecermos de que a mulher como o homem tambem, só encontra maior somma de felicidade no aconhego do lar e da familia. Mas, não as condenemos a estabelecer esse lar sem a base fundamental do sentimento, nem a viver como parasita.
Maria Emilia, *Com ares de chronica*, 1987.

Palavras iniciais

A História revela que, por longa data, as mulheres foram impedidas de usufruir da esfera pública; a elas cabia o espaço privado, zelando pelo lar e pela família. No século XIX e início do XX, até mesmo a educação a elas oferecida voltava-se para um aprendizado que as conduziria a desempenhar com maior eficiência seu papel de esposa e mãe, criando filhos que seriam melhores cidadãos. Nesse contexto, ficavam impedidas de vivenciar as mesmas experiências que experimentava o universo masculino. Sofriam impedimentos de toda ordem, inclusive o de não poderem publicar seus escritos. Pesquisas atuais na área de gênero, literatura e resgate atestam que ocorreu significativa e profícua produção intelectual de muitas mulheres que escreviam nessa época. Muitas histórias de mulheres das letras e das artes em geral desse período histórico poderiam ser mencionadas como forma de ilustrar as dificuldades às quais essas artistas foram submetidas, pois eram consideradas incapazes de produção intelectual. Basta lembrar que o direito ao voto, no Brasil, só foi alcançado pelas mulheres em 1932, contra o enfrentamento daqueles que as julgavam inaptas para opinar sobre os destinos da nação. Isso reforçado pelas ideias de que a maior realização feminina estaria na concepção e no cuidado da prole.

No Brasil, durante a década de 1970, iniciaram-se estudos sobre as relações mulher e literatura, como também sobre o cânone literário, propiciando que, a partir dos anos de 1980, proliferassem pesquisas que colocaram em pauta questões referentes às diferenças de gênero e às formas de sujeição da mulher na sociedade.

Dessa maneira, quando se examina a história intelectual brasileira, em especial a que compreende o período do final do século XIX e início do século XX, constata-se que, tradicionalmente, ela se estruturou a partir do cânone de textos consagrados pela

crítica, ou seja, textos de autoria masculina. Entretanto, “os estudos feministas desenvolvidos a partir dos anos 70 vão trazer à tona a questão da diferença, exigindo uma reformulação teórica quanto aos pressupostos teóricos que alicerçam o cânone da história e da literatura.” (Paixão, 1997, p. 72). Isso tem fomentado o interesse pela produção literária feminina. Schmidt (1995, p. 182) enfatiza que esse movimento tem privilegiado não somente nomes de escritoras contemporâneas, mas principalmente a busca daquelas escritoras que foram esquecidas ou ocultadas pela historiografia oficial e que hoje surgem, desarticulando os cânones tradicionais e projetando para o futuro “a reescritura de nossa história literária.”

Nesse panorama, é mister ressaltar o relevante papel da imprensa oitocentista para o desenvolvimento das letras no Brasil, com o surgimento de jornais, revistas, periódicos, folhetins destinados à publicação da produção intelectual da época. Na verdade, a história das letras no Brasil reitera o papel determinante da imprensa no desenvolvimento da literatura, visto que havia não só esses periódicos que nasciam com o fim basilar de veicular a produção literária de então, mas também jornais noticiosos reservavam espaços para a publicação de textos literários, uma vez que a edição de livros ocorria de forma eventual no país. Nesses periódicos, mulheres escritoras encontraram espaço para divulgar seus escritos, tornando-se conhecidas no universo das letras e recebendo aceitação por parte de leitores.

Essas considerações remetem à constatação de Zahidé Lupinacci Muzart (2003), referente à relevância da imprensa no século XIX como veículo de divulgação da produção intelectual feminina:

Ainda que produtivas, nossas escritoras ficaram excluídas da historiografia literária, mas, curiosamente, embora à margem, a literatura feminina foi presença constante nos periódicos do século XIX, tanto nos dirigidos por homens quanto nos inúmeros criados e mantidos por elas próprias. Aliás, é quase impossível estudar a literatura feita por mulheres no século XIX sem nos debruçarmos no estudo e levantamento do que foi publicado nos periódicos dessa época (Muzart, 2003, p. 236).

Diversamente do que já vinha ocorrendo na Europa e nos Estados Unidos, a imprensa brasileira oficial só tem início no século XIX, mais precisamente, em 1808, por ocasião da instalação da imprensa régia, o que ensejou o surgimento e a expansão de publicações periódicas. E, conquanto a imprensa feminina brasileira tenha buscado modelos no exterior, inspirando-se na imprensa de outros países, foi admirável a atuação de mulheres escritoras nessa área. Acreditavam na educação como caminho

para a emancipação do sujeito feminino, e os periódicos surgiam como uma das grandes alternativas para alcançar esse propósito. É interessante perceber que essas mulheres não só atuavam como colaboradoras dessa imprensa, elas sentiam-se motivadas a fundarem e a dirigirem periódicos, conquistando, assim, um lugar no espaço público. E sua luta ia além, elas almejavam alcançar o direito a uma profissão fora do lar. Para tanto, necessitavam de uma educação que as preparasse para o mercado de trabalho. Muzart (2003, p. 236) alega que “algumas poucas escritoras lutaram igualmente pelo direito ao divórcio.” Servem de exemplo Andradina de Oliveira que, não bastasse defender esse tema em palestras e artigos escritos, também publicou a obra epistolar *O divócio?*, na qual defende ser o divórcio “uma questão de urgente atualidade” (Andradina de Oliveira, 2007, p. 27); e Maria Benedita Bormann, que desenvolveu essa temática em seus romances.

Buitoni, em sua pesquisa sobre a imprensa feminina, publicada em 1986, afirmava ser um assunto ainda pouco estudado nos cursos de Comunicação no Brasil, entretanto, segundo registro da autora, trata-se de “um dos assuntos mais estimulantes para pesquisa, devido às articulações sociais, econômicas e culturais que estão implícitas em sua estruturação.” (Buitoni, 1986, p. 5). Além disso, Buitoni pondera sobre esse veículo de comunicação:

A imprensa feminina era um canal de expressão para as sufocadas vocações literárias das mulheres, principalmente das produções menores... [...] Provavelmente não houve aqui [Brasil], no século passado [século XIX], nenhuma folha ou revista feminina que não apresentasse parte literária. Quase todas qualificavam-se de ‘folha literária’ ou ‘revista de literatura.’” (Buitoni, 1986, p. 40).

Dentre as inúmeras revistas femininas que circularam no Brasil, no século XIX, é mister registrar *A Mensageira*, revista literária dedicada à mulher brasileira, fundada em São Paulo pela escritora Presciliana Duarte de Almeida (1867-1944). Essa revista foi veiculada entre os anos de 1897 e 1900. Fundadora da Academia Paulista de Letras, fundadora e diretora da revista *A Mensageira*, Presciliana defendeu ideias inovadoras em relação ao lugar da mulher na sociedade oitocentista. No primeiro volume da revista, encontra-se o texto “Duas palavras”, no qual Presciliana Duarte de Almeida concentra sua atenção nas mulheres brasileiras, elucidando o objetivo de *A Mensageira*:

Estabelecer entre as brasileiras uma *sympathia* espiritual, pela comunhão das mesmas ideias, levando-lhes de quinze em quinze dias, ao remansoso lar, algum pensamento novo – sonho de poeta ou fructo de observação acurada, eis o fim que, modestamente, nos propomos. [...] Que a nossa revista seja como que um centro para o qual conveja a intelligencia de todas as brasileiras! Que as mais aptas, as de merito incontestavel, nos prestem o concurso de suas luzes e enriqueçam as nossas paginas com as suas producções admiraveis e belas; que as que começam a manejar a pena, ensaiando o vôo altivo, procurem aqui um ponto de apoio, sem o qual nenhum talento se manifesta...¹ (Duarte de Almeida, 1987, p 1 e 2).

As páginas de *A Mensageira* comprovam que muitas foram as colaboradoras, todas relevantes presenças para a evolução e manutenção da revista. Dentre elas, importante destacar a escritora mineira oitocentista Maria Emília que, com seus textos, legou uma considerável contribuição para o entendimento de vivências femininas numa época em que o universo masculino, com suas ideias e *modus operandi*, prevalecia.

Maria Emília na revista *A Mensageira*

Examinando as páginas da revista *A Mensageira* em busca de escritoras colaboradoras, deparei-me com o nome de Maria Emília, autora de vários textos, onze ao todo, sendo dois artigos, e nove crônicas que compõem sua coluna “Com ares de chronica”, apenas uma com título, ainda que em cada uma delas assome uma discussão particular, sem deixar de lado a temática que perpassa todos os textos, a emancipação feminina. Ao final de cada texto, além de constar a autoria da escritora, também consta a procedência, Minas. Apesar desse quase anonimato, *A Mensageira* publicou, em suas páginas, os escritos de Maria Emília, possivelmente pela pertinência da temática presente neles.

Em seus textos, Maria Emília é contundente em suas afirmações, em muitos momentos, dialogando com suas leitoras para firmar seu ponto de vista. Em “Falso encanto”, primeiro texto da escritora publicado em *A Mensageira*, Maria Emília desnuda o ilusório entendimento da sociedade a respeito da imagem da mulher, elegendo-a rainha do lar “... pela fraqueza! Que o encanto da mulher está justamente na sua ignorancia, na sua timidez, na sua infantilidade!” (Maria Emília, 1987, p. 17). Ela afirma que “a posição negligente de tutelada” desaparecerá quando a mulher entender que também são de sua responsabilidade questões sociais. Para isso, era imprescindível lutar contra ideias difundidas por pensadores que influenciavam sobremaneira o

¹ As citações presentes neste texto, retiradas da revista *A Mensageira* (edição fac-similar, 1987), serão transcritas de acordo com a grafia original.

comportamento social. Nas páginas da *Revista Mensal* do Partenon Literário (1869-1879), por exemplo, eram publicados artigos que reiteravam as ideias defendidas por Jules Michelet (1798-1874), as quais propalavam uma visão idealizada da mulher, aquela que devia ser meiga, afável, de coração virgem, devotada ao lar. Nas palavras de Michelet (1995, p. 23), “cumpre que o trabalho da mulher também seja amor, para ela, pois ela não é apta para outra coisa. [...] Qual é o seu objetivo natural, sua missão? A primeira, amar; a segunda, amar apenas um; a terceira, amar sempre.” Tantos outros pensadores da época poderiam ser aqui citados, pois alastrava-se uma rede de ideias que vinham do exterior, reforçando a crença que a superioridade da mulher estava na sua maior espiritualidade e ausência de paixão. Portanto, levantar-se contra essa conjuntura exigia determinação e coragem, características presentes nas palavras de Maria Emilia, que buscava alargar a consciência das mulheres para alcançarem autonomia:

Esse falso encanto é o veneno de muitas mulheres: não querendo deixar de ter atractivos e ouvindo os *pregoeiros da futilidade*, deixam-se levar, esterelizando sua inteligência, sua força, sua energia e até, algumas vezes, seu character! Quantas senhoras, apesar de pensarem como nós, manifestam-se modo contrario com o fim de serem benquistas e passarem vida socegada! São estas, a nosso ver, criminosas egoistas, que não cuidam nem do futuro de suas filhas nem da sorte das mulheres em geral (Maria Emilia, 1987, p. 17).

Entretanto, considera a autora, felizmente há um maior número das que sabem “assumir suas responsabilidades e cumprir seu dever a todo custo” (Maria Emilia, 1987, p. 18), fato que a cronista considera louvável.

Na data de 15 de novembro de 1897, *A Mensageira* edita outro texto de Maria Emilia, este com o título “Carta” e, logo abaixo, *Minha Poetisa* que, percebe-se, durante a leitura, tratar-se de Presciliana Duarte de Almeida. Com esse texto, a escritora inicia sua coluna “Com ares de chronica”, na qual todas as suas crônicas são publicadas. São escritos comprometidos com a defesa de suas ideias, sempre voltados para a temática da emancipação feminina.

Ela inicia congratulando-se com a direção da revista que se preocupa com o aperfeiçoamento moral da mulher. Reitera sua posição de buscar igualdade para a mulher, tal qual descreve o dramaturgo francês Ernest Legouv   (1807-1903), “*igualdade na diferença*, que pode existir sem prejuizo de nenhuma das duas metades do genero humano, igualdade que eleva a mulher e prova em favor do homem.” (Maria Emilia, 1987, p. 43). Reporta-se    generosidade de Presciliana Duarte de Almeida ao colocar seu nome entre as brasileiras mencionadas em seu editorial-programa do

primeiro número da revista, entretanto comenta que ocorreu um “ligeiro engano” quanto ao seu último nome que é Lemos e que raramente usa, oferecendo ao leitor importante informação a seu respeito. Esclarece que Maria Emilia Rocha é pseudônimo usado por um literato do Rio que “ha muito zomba dos leitores do *Paiz andando vestido de saias!*” (Maria Emilia, 1987, p. 43). Por fim, exalta a iniciação da vida jornalística de Presciliana e menciona a recepção de *A Mensageira*: “aqui nestas regiões silenciosas e tristes do interior”, chega como um lenitivo para “nosso espirito sequioso do *novo* e do *bello...*” (Maria Emilia, 1987, p. 43). Sabe-se que a autora é mineira, agora sabe-se que ela vive no interior de Minas, e também oferece nuances de seus sentimentos, uma vez que considera aquelas regiões “silenciosas e tristes”.

A publicação de mais um texto de Maria Emilia, em *A Mensageira*, ocorre em 15 de janeiro de 1898, iniciando com uma epígrafe de Xavier de Carvalho, escritor português, radicado em Paris, (1871-1944), na qual ele exorta as senhoras brasileiras a empreenderem uma campanha pela paz no mundo e pela propaganda contra a guerra. Maria Emilia enfatiza quanto essas ideias vão ao encontro dos sentimentos de mães que permitiriam a seus filhos seguirem qualquer profissão, menos a carreira das armas. Se eles o fizessem, estariam contrariando profundamente a vontade materna. E considera que está no poder das mães criar filhos que lutem pela paz: “E cremos que é esse meio, sinão o unico, pelo menos o mais poderoso, de conseguirmos a paz universal, para a qual têm trabalhado os mais eminentes vultos do seculo.” (Maria Emilia, 1987, p. 110). Encoraja mulheres – filhas, esposas, mães e irmãs – a encetarem sacrifícios para erradicar um mal que estava se alastrando no país. Ela se referia aos assassinatos políticos que aconteciam, e pondera que o político que manda assassinar o adversário confessa publicamente sua incapacidade de vencê-lo. Assim, as considerações presentes nessa crônica remetem à busca e promoção da paz. Ao término, Maria Emilia anuncia que, com a permissão da diretora da revista, doravante brindará as leitoras com trabalhos literários no final de cada crônica. Assim, acredita, “amenisarei a secção confiada á minha pena arida” (Maria Emilia, 1987, p. 111). Possivelmente, considerasse sua pena árida, pelo uso da argumentação incisiva presente em seus escritos. Inicia essa nova etapa com a publicação do poema “A Turca”, de Presciliana Duarte Almeida. Certamente, é uma deferência que ela presta à diretora da revista. Nesse poema, o eu poético fala de uma mãe zelosa, de classe menos favorecida, que se compraz com o bem-estar do filho pequeno, afagando-o e protegendo-o. Em suas orações, pede que a criança cresça “dura e forte”, tenha Deus por guia e o bem como bússola. A temática da

mãe que se preocupa com o futuro do filho, que seja um homem de bem, vai ao encontro da crônica de Maria Emilia, que considerava as mães responsáveis pela escolha profissional dos filhos, cuja educação poderia promover a paz universal.

Já o próximo texto de Maria Emilia é veiculado em *A Mensageira* de 30 de janeiro de 1898, em que demonstra estar confrangida com a circulação de tantas “phrases futeis e balofas, cansadas de correr o mundo, repetidas por homens que gozam de fôros de civilizados e inteligentes!” (Maria Emilia, 1987, p. 123). Na sequência, estabelece diálogo direto com a leitora: “Entanto, leitora amiga, tu que lês os diários das grandes cidades, pasmas, como eu, certamente, diante de tanta improbidade e incoherencia.!” (Maria Emilia, 1987, p. 123). A cronista apresenta algumas dessas frases, argumentando que elas podem ser facilmente refutadas, dentro dos próprios domínios do homem: “*Que a literata jamais será bôa dona de casa; que, e terem as mulheres profissões liberaes, ficará o lar abandonado, perecerá a familia, e cousas análogas...*” (Maria Emilia, 1987, p. 123). Também nas paragens do Sul levantavam-se escritoras da época para lutarem pelos direitos da mulher e para refutarem ideias como essas. No editorial do primeiro número do *Jornal Esgrínio*, fundado por Andradina América Andrade de Oliveira em 1898, a escritora oitocentista sul-rio-grandense deixa clara sua crença na importância do jornal como meio de divulgação da capacidade intelectual da mulher da época:

surge também como um incitamento à mulher rio-grandense, convidando-a a romper o denso casulo de obscuridade e vir à tona do jornalismo trazer as pérolas de sua cultivada inteligência! O *Esgrínio* aparece como um verdadeiro propagandista da instrução, do cultivo do espírito feminil. A mulher deve ser instruída, deve ser educada... (Oliveira, in Schumaer e Brazil, 2000, p. 72).

Ainda no mesmo editorial do *Esgrínio*, que nascia com o lema “Pela Mulher”, a autora defende a ideia que a mulher poderá trabalhar ao lado do homem, em qualquer atividade, auxiliando-o nas “lutas pela vida”, sem que isso a faça descurar de seus “deveres domésticos”.

Tantas outras mulheres de letras foram vozes transgressoras no país, tais como, a escritora norte-rio-grandense Nísia Floresta Brasileira Augusta; a poetisa cega sul-rio-grandense Delfina Benigna da Cunha; a também gaúcha Maria Josefa Barreto, combativa fundadora de jornais; a poetisa e ficcionista Ana Eurídice Eufrosina de Barandas; a poetisa Rita Barém de Melo, a Juriti; Ana Aurora do Amaral Lisboa, que lutou pela emancipação da mulher, atuou no magistério público e foi fundadora dos cursos noturnos, no Brasil, com o objetivo que não houvesse analfabetos em sua terra;

Julietta de Melo Monteiro e a irmã Revocata Heloísa de Melo, que fundaram o primeiro órgão literário da imprensa feminina no Rio Grande do Sul, *O Corymbo*; Maria Benedita Câmara Bormann, cujo nome surge atrelado à imprensa do Rio de Janeiro, que foi defensora do abolicionismo e do divórcio. Uma visada mais demorada na história da imprensa brasileira poderá oferecer uma nominata ampla de mulheres que exercitaram suas penas nas páginas de jornais, revistas, periódicos e folhetins da época.

Ao final da crônica, Maria Emília ainda observa: “...os retrogrados préguem suas doutrinas estacionais, mas, por Deus, não nos venham dizer que é em nome do amor e em defesa do lar!” (Maria Emilia, 1987, p. 124). Também brinda as leitoras com o poema “Estrella e flor”, de Maria Clara da Cunha Santos, na qual o eu poético entabula um diálogo entre a estrela, que é eterna, e a flor, que tem vida efêmera, fazendo uso de belas figuras de linguagem, tornando o poema melodioso. Terminada a poesia, a cronista pergunta: “Que tal? Não é um bonito surto de imaginação poetica?” (Maria Emilia, 1987, p. 124), dando mostras de sua sensibilização diante de uma página literária.

A publicação da próxima crônica de Maria Emília ocorre em 15 de março de 1898, na revista *A Mensageira*. Nela, a cronista confessa ter saído do Templo - quarta-feira de cinzas – com o espírito entristecido e o coração quebrantado pela visão da cinza “na testa de donzellas formosas e de creanças rosadas...” (Maria Emilia, 1987, p. 170). Esse acontecimento lhe trouxe pensamentos tristes envoltos pela ideia de morte e de aniquilamento completo. Pensa na infelicidade de apaixonados por perderem ou deixarem o ente amado, seja o “anjo louro que papagueia e nos beija a todo instante ou o companheiro amigo que é o nosso apoio e a nossa confiança, então sentimos como que paralisado o coração no peito, tal é o horror que nos invade a alma” (Maria Emilia, 1987, p. 170). Entanto, a cronista se pergunta com que direito apresenta à leitora “estes melancólicos pensares!” E prossegue, dirigindo-se às leitoras: “Falemos, portanto, minhas amigas, de cousas alegres e boas. Nesta terra, onde os jasmineiros perfumam nossas janellas e onde se ouve a toda hora o canto de aves encantadoras, parece que temos a obrigação de ser joviaes e bem dispostas.” (Maria Emilia, 1987, p. 170). Mais uma vez, a escritora remonta à vida do interior, com seu bucolismo, remetendo à beleza da natureza, com suas flores e aves canoras. E como ela mesma afirma, a uma paisagem que incita ao entusiasmo. Ela fala da poesia que virá em seguida, “versos adoraveis”, da “bella poesia de Francisca Julia, intitulada *Inconsolaveis*.” Conclui, fazendo uma exortação: “Vejam as leitoras si estes versos são de uma *impassível*” (Maria Emilia, 1987, p. 170-171), numa clara alusão à impassibilidade presente no Parnasianismo,

movimento poético que buscava a arte pela arte, a métrica perfeita, a objetividade, em contraste ao movimento anterior, o Romantismo, que valorizava a emoção, a subjetividade. Francisca Julia, uma das vozes mais representativas do Parnasianismo brasileiro, ficou conhecida como a “musa impassível”, pelo rigor de sua pena e objetividade de sua obra. Entretanto, nos versos desse poema, a poetisa deixa extravasar sentimento, fala com as almas, pergunta-lhes porque choram, exortando-as a que lancem seu olhar às longínquas paragens, cheias de ideais risinhos, onde aves do amor cantem música dos sonhos, além de incitá-las a mostrar sua triste queixa e sua mágoa justa. Possivelmente, a cronista tenha reconhecido no poema ecos de seus pensamentos tristes daquela quarta-feira de cinzas. Ainda lamenta não ter a oportunidade de conhecer pessoalmente nenhuma “das nossas boas escriptoras, visto habitar num interior de Província” (Maria Emilia, 1987, p. 171). Assim, embora não nomeie explicitamente o local onde reside, reforça a informação que seja uma região do interior de Minas, visto encontrar-se, ao final de cada escrito, o local Minas.

Nas páginas de *A Mensageira* de 15 de maio de 1898, encontra-se mais uma crônica de Maria Emilia. O texto data de 13 de maio de 1898 e apresenta o regozijo da cronista pelos dez anos da Abolição da Escravatura no Brasil: “Completem-se hoje dez annos que a rosea luz de uma nova aurora se derramou sobre o solo abençoado da Patria! Foi a 13 de Maio de 1888 que se extinguiu no horizonte a última nuvem do despotismo – da deshumana escravidão!” (Maria Emilia, 1987, p. 229). Entretanto, ela reconhece que muitas mães viram seus filhos pela última vez, quando foram vendidos e levados para outras terras. Desde tenra idade, revoltava-se contra “a escravidão do negro e contra o captivo da mulher! [...] a liberdade! Ella é essencial a toda a *alma*, como o ar a todo *ser*.” (Maria Emilia, 1987, p. 230). Enaltece o grande gesto da Princesa Izabel, “coração generoso”, a despeito do barão de Cotegipe que, não concordando com a liberdade imediata dos escravos, pediu demissão. Foi substituído pelo político abolicionista e monarquista brasileiro João Alfredo Correia de Oliveira (1835–1919). Integrado no Partido Conservador, esteve ligado à formulação da Lei do Ventre Livre e da Lei Áurea. Apoiada na obra *Historia do Brazil*, de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade, a cronista nomeia importantes figuras envolvidas no movimento abolicionista: “marquez (*cic*) de S. Vicente, Visconde do Rio Branco, Luiz Gama, Joaquim da Serra, Luiza Regadas, Castro Alves, Ferreira de Menezes!” (Maria Emilia, 1987, p. 230). Ainda uma vez, deposita nas mãos brasileiras a esperança de uma educação humanizada, voltada ao verdadeiro amor da liberdade e de uma nobre fraternidade. No

final, dando continuidade à sua proposta de presentear a leitora com a leitura de poesia, transcreve o soneto “A Liberdade”, de José Bonifácio de Andrada e Silva (1763–1838), poeta brasileiro, estadista e conselheiro de D. Pedro I, que articulou a manutenção da unidade territorial e defendeu reformas como a abolição da escravidão. O último terceto do soneto é a culminância de louvor à liberdade (1987, p. 231):

A Arte, a Sciencia, a Poesia, a Historia,
São teu cortejo triumphal! unidas
Levas do horto a humanidade á Gloria!

O poema vem a propósito do enaltecimento da Lei Aurea presente na crônica e ao louvor à liberdade, tema tão caro à Maria Emilia.

Em 30 de maio de 1898, outra cônica de Maria Emilia é publicada nas páginas de *A Mensageira*. A cronista remonta ao texto anterior, no qual apontou o nome de grandes homens dedicados à libertação dos escravos no Brasil, para prantear a morte de André Pinto Rebouças (1838–1898), intelectual, negro, grande defensor da raça africana, combatente ativo pela abolição da escravatura no segundo reinado. Com seu pioneirismo, alcançou destaque na engenharia, trabalhando em grandes obras, como a estrada de ferro Curitiba-Paranaguá. A escritora aponta que ele “abrilhantou” a imprensa do Rio de Janeiro, como o *Globo*, a *Gazeta da Tarde*, a *Cidade do Rio* e o *Paiz*. A *Gazeta da Tarde* publicou matéria em que enaltece André Rebouças por seus feitos, da qual Maria Emilia transcreve algumas linhas em sua crônica. E continua o encômio, proferindo considerações elogiosas a respeito de Rebouças, lembrando que ele seguiu a família imperial em seu exílio, devido à gratidão ilimitada à Princesa Isabel. E detém-se, principalmente, em destacar palavras de Rebouças, no que concerne à educação feminina (Maria Emilia, 1987, p. 242):

Como verdadeiro espirito de eleição, preocupou-se tambem com o problema da educação feminina. São dele estas palavras de incitação á elevação da mulher: ‘Educai, instrui e elevae a mulher! Formae Cornelias, mães de Gracchos; formae Beecher-Stowes, libertadora e mestra de seis milhões de africanos; e tereis assegurado o mais grandioso futuro á democracia brasileira. Oh! sim, mil vezes sim! Elevae a mulher!’

Sempre atenta aos acontecimentos da época e às pessoas que, como ela, defendiam os direitos femininos, Maria Emilia buscava evidências irrefutáveis para seus argumentos, fortalecendo, desse modo, suas ideias relativas à emancipação da mulher.

Ao término da crônica, a escritora dirige-se aos leitores: “Busquemos como chave de ouro a estas rudes linhas o bello soneto que se segue”, referindo-se ao poema “Visita á casa paterna”, de Luiz Guimarães (Maria Emilia, 1987, p. 242). É interessante observar que, sempre que a cronista se refere a sua escrita, ela o faz, repetindo a expressão “rudes linhas”. Como ela usava uma argumentação direta e enérgica, conjectura-se que ela percebesse a diferença em relação à expressão de algumas outras mulheres, que poderiam escrever de forma branda, daí considerar sua escrita “rude”. No poema, o eu-poético visita o lar paterno e lá encontra “Um gênio carinhoso e amigo, (O fantasma, talvez do amor materno)” (1987, p. 242), que passeia com ele pelos cômodos da casa, numa clara alusão à presença da mãe. Ainda agora, a escolha do poema remete a uma mulher, a mãe, reforçando a ideia da importância dessa figura na vida dos seres humanos.

Maria Emilia, nas páginas de *A Mensageira* (1987, p. 305), brinda quantos a leem com a lembrança da Revolução Francesa e realça a imagem de Mme. Roland (Manon) que, nas palavras do poeta e estadista francês Alphonse De Lamartine (1790-1869), foi a alma da Revolução Francesa. Morando em Paris com o marido Jean-Marie Roland de La Platière, Mme. Roland envolve-se com a política, até como forma de burlar a monotonia do casamento, e trava relações com eminentes membros do Partido Girondino, figuras que Lamartine idealiza como defensores moderados da liberdade. Graças a isso, o marido torna-se Ministro do Interior, em 1792, e Manon dedica-se, fervorosamente, ao partido, tornando-se figura proeminente do grupo. Ainda que os girondinos sejam declarados proscritos, Mme. Roland não foge de Paris, como tantos o fizeram, inclusive seu marido. Permanece presa até ser levada à guilhotina. É a essa mulher que Maria Emilia destina homenagens: “E o seu vulto aureolado nos aparece em mente, ora dirigindo os altos planos dos mais eminentes personagens da época, ora subindo ao cadafalso e deixando cair dos lábios frase tão cheia de ironia e verdade: ‘Liberdade! liberdade! quantos crimes em teu nome se cometem!’” (1987, p. 308). Nomeia outras mulheres com espírito elevado, capazes de grandes atos em prol de uma causa, entre os quais reverencia a Princesa de Lamballe, membro da realeza francesa, amiga e confidente da Rainha Maria Antonieta da França. Após se negar a prestar juramento contra a monarquia, Lamballe foi linchada pela multidão, e sua cabeça, colocada em uma estaca, foi levada até as janelas da rainha, sua amiga. A cronista lamenta que todas as sementes do bem que a Revolução Francesa destinava, não germinaram no seio da humanidade:

E pensar que ainda depois della ha quem sustente com intransigencia ferrenha a bastilha dos preconceitos; ha quem interponha, entre a dignidade da mulher e as suas prerrogativas, barreiras crivadas de espinhos; ha quem negue a seus semelhantes o direito da opinião e a opinião de direito! (Maria Emilia, 1987, p. 308).

O poema escolhido pela cronista para finalizar sua coluna intitula-se “Porque sou triste?”, de Silvio de Almeida, no qual o poeta canta a tristeza da mãe já na velhice, a quem tudo deve, e agora tem o direito de querer que ele lhe abrande o destino. O eu-poético reconhece: “Porque sou triste, si alegrar me cabe / A minha Mãe, já velha e alquebrada...” (1987, p. 309), aludindo à mudança de condição que a velhice e a doença impõem ao ser humano. O filho, que sempre tivera o consolo da Mãe, agora é quem necessita amparar a Mãe sem vitalidade.

O texto “A influencia do lar”, de Maria Emilia, foi publicado em *A Mensageira* do dia 30 de setembro de 1898 (1987, p. 369-379). Nele, a cronista defende a importância de os dois cônjuges partilharem a vivência do lar igualmente: “O que é preciso é que haja bondade de parte a parte, benevolencia de lado a lado, bôa disposição de cada um para ver nos conselhos do outro o interesse do bem e do justo, o proveito moral de ambos, e o que é ainda mais serio, a felicidade dos filhos.” (Maria Emilia, 1987, p. 374). Nos dias atuais, com essa firmeza de ânimo, possivelmente não aconteceriam tantos desajustes e tragédias nos lares brasileiros, com separações violentas, com desacertos sem fim em relação aos filhos, muitas vezes, culminando em morte dos membros da família. Ela lamenta que haja homens que se vangloriam de nunca consultarem suas mulheres sobre seus negócios, dando mau exemplo aos inexperientes, como também existam mulheres que “cuidando só de fitas e futilidades não têm senso commum *para ajudar o marido a pensar*, ou a discrição precisa para guardar um segredo.” (Maria Emilia, 1987, p. 374). Maria Emilia foi uma grande observadora de seu tempo e de seu meio, apontando com justeza os ângulos pertinentes a uma questão. Mesmo sendo uma efusiva defensora da mulher, não se privou de apontar faltas que a mulher pode cometer na convivência dentro do lar. Ainda refere o comportamento de homens e mulheres no convívio conjugal de outras épocas, comparando-o com o que acontece no momento em que ela vive, concluindo que, em tempos passados, havia mais concordância e respeito entre marido e esposa. Elenca uma série de situações positivas dessa vivência para endossar seus argumentos, como quando se convidavam os amigos a jantar:

Como todos os convidados pertenciam ao mesmo mundo, a conversação era geral e interessante. Então, sabia-se conversar com sinceridade, franqueza “laissez aller”, porem sempre com decencia.

Depois do jantar, a conversação seguia. Ainda não havia o costume dos homens retirarem-se a outro quarto para fumar e as mulheres reunirem-se em pequenos grupos para falarem de modas e outros assumptos que as afastavam dos homens.

Todos reunidos conversavam sobre o ultimo livro ou o ultimo quadro. Recitavam ou liam versos. Também cantavam, muitas vezes com acompanhamento de guitarra.

Assim acontecia quando eu era jovem. (Maria Emilia, 1987, p. 375).

Mais uma informação sobre a autora: “quando eu era jovem.” Poder-se-ia conjecturar sobre a idade da cronista? Já não se considerava jovem, entretanto, é importante lembrar que, no século XIX, a média mundial de expectativa de vida era inferior a 40 anos e, no Brasil, era ainda menor, uma média em torno de 27 anos. Ela conclui seu texto desejando que a mulher de então seja uma companheira que mereça “consideração, respeito e fraternidade.”

Em 15 de maio de 1899, a revista *A Mensageira* lança novo número, e nela se encontra publicada mais uma crônica de Maria Emília. Trata-se de um texto relativamente rápido, em que a escritora presta homenagem ao poeta Figueiredo Coimbra (1866-1899), também cronista, jornalista e dramaturgo brasileiro, que falecera com apenas 33 anos de vida.

O poema escolhido pela escritora para acompanhar sua crônica é o soneto “Redenção nova”, de Figueiredo Coimbra. Nele, o poeta lamenta o descomunal sacrificio cumprido por Cristo, pois que em toda parte triunfa a maldade e a hipocrisia: “Foi inutil o enorme sacrificio! / Christo, debalde te sacrificaste!” E, nos dois últimos versos do poema, o eu-poético lança uma súplica a Cristo: “Darás, quem sabe? ao mundo novo um dia / A redenção, pela segunda vez!” (1987, p. 89, v. 2).

Após o soneto, Maria Emilia tece considerações a respeito de Figueiredo Coimbra e afirma que a maior homenagem que se pode prestar a um poeta é tornar conhecida a sua inventividade. O poema foi dedicado “*Ao Dr. Antonio Bento*”, um revolucionário abolicionista, falecido há alguns meses, e a cronista menciona que haverá muitas faces negras banhadas de lágrimas de saudade. Também, afirma ela, será a primeira vez que os “captivos de hontem” acharão deserta a janela da casa de Dr. Antonio, diante da qual costumavam ir dançar agradecidos.

A última aparição de Maria Emilia, em *A Mensageira*, ocorre na data de 15 de outubro de 1899. Em sua coluna “Com ares de chronica”, a autora mostra-se exultante com a vitória alcançada por Myrtes Gomes de Campos (1875-1965), a primeira mulher

no Brasil a exercer a profissão de advogada que, enfrentando irados e preconceituosos, ascendeu à tribuna judiciária do Rio de Janeiro e procedeu à defesa de um réu. O Instituto dos Advogados do Rio de Janeiro, fundado em meados do século XIX, discutia a aceitação de mulheres para o exercício da advocacia. Em uma dessas sessões, o renomado jurista João Martins de Carvalho Mourão (1872-1951) colocou-se veementemente contra essa possibilidade, baseando-se no direito romano e no direito português. À revelia dessas considerações negativas, Myrtes de Campos compareceu ao tribunal, onde um grande número de assistentes a esperava, entre os quais, muitas senhoras. Muitas pessoas esperavam que o juiz Francisco José Viveiros de Castro (1862-1906) não permitisse que a defesa fosse realizada por uma mulher, entretanto ele concedeu a palavra à advogada, que subiu à tribuna, sendo recebida com um prolongado aplauso. Nas palavras da cronista, sempre atenta às conquistas da mulher: “A jovem advogada, comovidíssima, fez o exordio, tendo por thema o papel da mulher na sociedade; remontou á Grécia e aos tempos feudaes e provou que a mulher, além do direito, hoje adquirido, de advogar, já foi juiz.” (Maria Emilia, 1987, p. 170, v. 2). O réu foi absolvido, e a advogada, muito aplaudida, foi cumprimentada pelo juiz e pelo promotor. “Que dirá a tudo isto o *Instituto dos Advogados*?” (1987, p. 170, v. 2), pergunta a cronista.

Na França, a Câmara dos Deputados já aprovara, por 319 votos contra 174, a proposta de lei concedendo o direito às mulheres de exercerem a advocacia, a que os contrários à emancipação feminina responderam com ataque veemente, invocando “o interesse, a dignidade e a unidade do lar doméstico” (1987, p. 170, v. 2). Na ocasião, *Le Temps* publicou um artigo, transcrito nas páginas de Maria Emilia, o qual apresenta importante arrazoado em defesa do exercício de uma profissão fora do lar pela mulher:

Conceder ás mulheres a liberdade de ganhar honestamente a sua vida, não é querer arrancar-as ao lar conjugal.

Essa liberdade visa, apenas, a disputar-as á miseria e alguma coisa peor ainda que a miseria. As mulheres que resolverem casar não serão obrigadas a advogar toda a vida. É uma questão que diz respeito a ellas e aos respectivos maridos. (1987, p. 170, v. 2).

Essa polêmica parece impensável para os dias atuais. Entretanto, vale lembrar que, no século XIX, era costume rapazes irem à Europa cursar direito e medicina e voltarem de lá doutores, enquanto as mulheres precisavam de autorização do imperador para poderem ingressar em cursos de educação superior no Brasil. O acesso das mulheres ao ensino superior de medicina, conforme Cynthia Pereira de Sousa (2008),

inicia com a matrícula da sul-rio-grandense Rita Lobato Velho Lopes (1867-1954) na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Posteriormente, ela passa a residir em Salvador, e o pai a matricula no segundo ano da Faculdade de Medicina da Bahia, onde conclui o curso, em 1887. Foi a primeira mulher brasileira diplomada em Medicina, enfrentando a relutância dos que consideravam inaceitável uma pessoa do sexo feminino ingressar em uma profissão de domínio masculino.

Impensável para a mulher exercer uma função fora do lar, como bem evidencia Maria Lúcia Rocha-Coutinho, em sua obra *Tecendo por trás dos panos* (1994). A autora argumenta que, no século XIX, a opção pelo trabalho feminino estava atrelada à situação econômica da mulher, não se considerando a possibilidade de sua realização profissional. O casamento era posto como quase a única alternativa de carreira para a mulher. Na verdade:

Permanecer solteira, além de pouco atraente e financeiramente inviável na maioria das vezes, implicava um desprestígio para a mulher. [...] O casamento, ao contrário, enobrecia a mulher e abria-se a única possibilidade de ascensão social, em um tempo em que não eram permitidas às mulheres atividades que possibilitassem sua promoção por esforço próprio. Apenas através do casamento e da criação de uma família a mulher podia instituir uma área de atividade própria, ainda que esta área fosse carente de poder político e econômico. (Rocha-Coutinho, 1994, p. 83).

Ideias como essas, difundidas na sociedade brasileira oitocentista e endossadas por pensadores como Jules Michelet, August Comte, Friedrich Hegel e tantos outros, implicavam resistência por parte de conservadores para aceitarem mulheres exercendo um trabalho fora do universo doméstico. Ao referir-se a sua segunda conferência, em *Catecismo Positivista*, Comte afirma: “As mulheres e os proletários, que esta exposição tem principalmente em vista, não podem nem devem converter-se em doutores, e nem eles o querem.” (1983, p. 150). E por julgarem a mente feminina inferior, as mulheres permaneciam tuteladas pelo homem.

Além de *Le Temps*, também o jornal *Paiz* (1884-1930), do Rio de Janeiro, publica uma crônica, cujas linhas Maria Emilia transcreve em sua crônica, as quais considera “reçumadas de amarga ironia e verdade” (1987, 171, v. 2). O texto enfatiza que o homem fez a mulher acreditar que o lugar dela era no lar, “no throno domestico da graça”, honesta e distante das contingências miseráveis do mundo. Contudo, com a eventual morte do marido, desamparada, terá que incumbir-se da subsistência dos filhos para que possam viver dignamente. Que fazer? Ainda uma vez, mesmo diante dessas adversidades, tudo o que faz “o sexo forte” é mostrar-lhe a necessidade de manter-se honesta:

Se não obtiver costuras, mantenha-se honesta; se não granjear discipulas, conserve-se honesta ainda; se não tiver almoço para os filhos, seja honesta também; se não puder pagar a casa, afirme-se mais honesta do que nunca. [...] Permita Deus que este exemplo [a coragem e ação de Myrtes de Campos] estimule outras moças a procurarem na vida pelo seu próprio esforço o lugar que até hoje ferozmente lhes tem sido negado... (1987, 171, v. 2).

A questão da viuvez feminina também é abordada por Comte em *Catecismo Positivista*, colocando na voz da mulher que conversa com o sacerdote, a aquiescência do dogma:

Sobretudo comove-me profundamente a grande instituição da viuvez eterna, há muito esperada por todos os corações verdadeiramente femininos. Além de sua importância doméstica, e mesmo cívica, só ela pode desenvolver assaz a vida subjetiva para elevar nossas almas até a representação familiar do Grande Ser, mediante uma digna personificação (Comte, 1983, p. 180).

Com a propagação de pensamentos como esses, não é de estranhar que Maria Emilia usasse, segundo ela própria, “penna árida” para combater com seus argumentos contundentes ideias que propalavam a inferioridade da mulher, a sua falta de capacidade para o raciocínio lógico e para a formação acadêmica, e para o desempenho de uma profissão fora do lar.

Ainda algumas palavras...

Maria Emilia foi uma mulher à frente de seu tempo, atenta aos acontecimentos relativos aos reveses e às conquistas de mulheres de sua época. Apesar de morar em uma cidade do interior de Minas, ela não só se informava a respeito dos acontecimentos que ocorriam no mundo, como também difundia esse conhecimento para que mais mulheres fossem científicas e instruídas.

São temas recorrentes em seus textos educação para a mulher, emancipação feminina através da educação e do trabalho fora do lar, liberdade para todos, exercício de profissões liberais, mostrando-se uma pessoa de erudição, citando fatos e personalidades de renome, como também interessada em notícias sobre a mulher veiculadas tanto no Brasil como no exterior. Em seus textos, faz uso de argumentos de autoridade, com referências a vários escritores, como Hugo, Legouv  , André Rebouças, José Bonifácio; neles também aparecem o periódico brasileiro *O Paiz* e o renomado jornal francês *Le Temps*.

Sem dúvida, é louvável essa trajetória de percepção e sensibilização difundida para alcançar mais leitoras em prol de alargar consciências sobre a própria situação e de estimular mais mulheres a lutarem por seus ideais.

Maria Emilia escreve de forma clara, com vocabulário rico, apresentando seu ponto de vista e apostando em seus argumentos, acompanhados de evidências irrefutáveis, para defender suas ideias. Essa forma didática de escrever torna seus textos uma leitura agradável.

Além disso, em muitos momentos, manifesta seu conhecimento sobre fatos históricos importantes e também os de sua época, mais uma vez dando ciência de quão informada estava. Pode-se concluir, portanto, que, mesmo morando em uma cidade interiorana de Minas, ela teve acesso a livros, revistas, jornais brasileiros e do exterior, como também não se sentiu impedida de participar como colaboradora de uma das revistas mais prestigiosas do século XIX, *A Mensageira*.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Presciliana Duarte de. Duas palavras. ALMEIDA, Presciliana Duarte de (Dir.). *A Mensageira*: revista literaria dedicada á mulher brasileira. Ed. Fac-similar. São Paulo: Imprensa oficial do Estado: Secretaria de Estado da Cultura, 1987. Ed. Fac-similar, v. 1, p. 1-2.

BITTNER, D. S. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1986.

COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista*. Trad. José Arthur Gianotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

GOMES, Adriana. *O pensamento jurídico de Francisco José Viveiros de Castro sob a perspectiva da Escola Positiva do Direito: a teoria e a prática na análise de processos criminais (1890-1900)*, 2023. Disponível em:

<https://publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/RBCCRIM/article/view/234><https://publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/RBCCRIM/article/view/234> Acesso em: 02 abr. 2026.

MARIA Emilia. Falso engano. ALMEIDA, Presciliana Duarte de (Dir.). *A Mensageira*: revista literaria dedicada á mulher brasileira. São Paulo: Imprensa oficial do Estado: Secretaria de Estado da Cultura, 1987. Ed. Fac-similar. v. 1, p. 17-18.

MARIA Emilia. Carta. Com ares de chronica. ALMEIDA, Presciliana Duarte de (Dir.). *A Mensageira*: revista literaria dedicada á mulher brasileira. São Paulo: Imprensa oficial do Estado: Secretaria de Estado da Cultura, 1987. Ed. Fac-similar, v. 1, p. 43-44. v. I.

MARIA Emilia. Com ares de chronica. ALMEIDA, Presciliana Duarte de (Dir.). *A Mensageira*: revista literaria dedicada á mulher brasileira. São Paulo: Imprensa oficial do Estado: Secretaria de Estado da Cultura, 1987. Ed. Fac-similar, v. 1, p. 1-2.

MARIA Emília. Com ares de chronica. ALMEIDA, Presciliana Duarte de (Dir.). *A Mensageira*: revista literaria dedicada á mulher brasileira. São Paulo: Imprensa oficial do Estado: Secretaria de Estado da Cultura, 1987. Ed. Fac-similar, v. 1, p. 123-124.

MARIA Emília. Com ares de chronica. ALMEIDA, Presciliana Duarte de (Dir.). *A Mensageira*: revista literaria dedicada á mulher brasileira. São Paulo: Imprensa oficial do Estado: Secretaria de Estado da Cultura, 1987. Ed. Fac-similar, v. 1, p. 170-171.

MARIA Emília. Com ares de chronica. ALMEIDA, Presciliana Duarte de (Dir.). *A Mensageira*: revista literaria dedicada á mulher brasileira. São Paulo: Imprensa oficial do Estado: Secretaria de Estado da Cultura, 1987. Ed. Fac-similar, v. 1, p. 229-231.

MARIA Emília. Com ares de chronica. ALMEIDA, Presciliana Duarte de (Dir.). *A Mensageira*: revista literaria dedicada á mulher brasileira. São Paulo: Imprensa oficial do Estado: Secretaria de Estado da Cultura, 1987. Ed. Fac-similar, v.1, p. 241-242.

MARIA Emília. Com ares de chronica. ALMEIDA, Presciliana Duarte de (Dir.). *A Mensageira*: revista literaria dedicada á mulher brasileira. São Paulo: Imprensa oficial do Estado: Secretaria de Estado da Cultura, 1987. Ed. Fac-similar, v.1, p. 307-309.

MARIA Emília. A influencia do lar. ALMEIDA, Presciliana Duarte de (Dir.). *A Mensageira*: revista literaria dedicada á mulher brasileira. São Paulo: Imprensa oficial do Estado: Secretaria de Estado da Cultura, 1987. Ed. Fac-similar, v.1, p. 373-375.

MARIA Emília. Com ares de chronica. ALMEIDA, Presciliana Duarte de (Dir.). *A Mensageira*: revista literaria dedicada á mulher brasileira.. São Paulo: Imprensa oficial do Estado: Secretaria de Estado da Cultura, 1987. Edição Fac-similar, v.2, p. 88-89.

MARIA Emília. Com ares de chronica. ALMEIDA, Presciliana Duarte de (Dir.). *A Mensageira*: revista literaria dedicada á mulher brasileira. São Paulo: Imprensa oficial do Estado: Secretaria de Estado da Cultura, 1987. Ed. Fac-similar, v.2, p. 169-172.

MICHELET, J. *A mulher*. Trad. Maria Ermantina G. G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres do século XIX. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 225-233, jan./jun.-2003.

OLIVEIRA, Andrädina América de Andrade e. *Divórcio?* Organização de Hilda Agnes Hübner Flores. Porto Alegre: Ediplat; Florianópolis: Mulheres, 2007.

PAIXÃO, Sylvia. Literatura feminina e o cânone. In: SCHMIDT, Rita Terezinha. (Org.). *Mulheres e literatura*: (trans)formando identidades. Porto Alegre: Palloti, 1997.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SANTOS, Salete Rosa Pezzi dos. *Duas mulheres de letras*: representações da condição feminina. Caxias do Sul/RS: Educs, 2010.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Repensando a cultura, a literatura e o espaço da autoria feminina. In: NAVARRO, Márcia Hoppe (Org.). *Rompendo o silêncio*: gênero e literatura na América Latina. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1995. p. 182-189.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. (Orgs.). *Dicionário mulheres do Brasil*: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

Salete Rosa Pezzi dos Santos possui graduação em Letras Português-Francês pela Universidade de Caxias do Sul (1971), Mestrado em Letras (2001) e Doutorado em Letras/ Literatura Comparada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007). Atualmente é professor Doutor Adjunto III, tempo integral, da Universidade de Caxias do Sul. Atuou como Coordenadora do Curso de Letras, é professora de Literatura e Pesquisadora. Também atua no Programa de Pós-Graduação em Letras - Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade/ UCS e no Doutorado - PPGL/Associação Ampla UCS e UniRitter, como professora e orientadora. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Língua e Literatura, atuando principalmente nos seguintes temas: Leitura, Literatura, Estudos Culturais de Gênero, História da Literatura, Ensino de Literatura.

Artigo recebido em 05/09/2025. Aprovado em 10/11/2025.